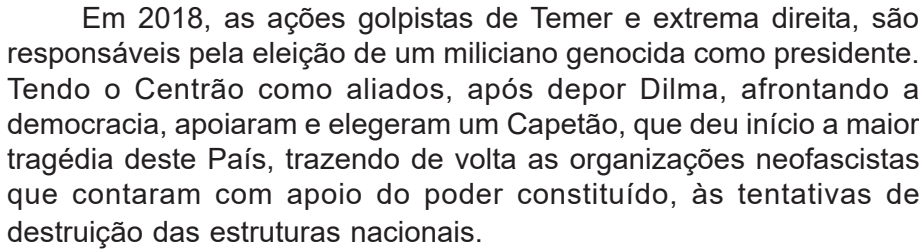


Nenhuma luta tem preço. Porém, no capitalismo, tudo tem custo, e desta forma quem financia a luta são os filiados à entidade, e merecem todo nosso respeito, com atendimento digno e Prestação de Contas das ações realizadas pela diretoria. A exemplo do que fazemos desde a fundação do SINDPREVS/PR, em 14/10/1988, realizamos Assembleia Geral em 11 de Junho/2022, com a participação de trabalhadores filiados. Após as devidas explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade e estão à disposição dos filiados na sede do sindicato. Seguem constas aprovadas.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM REAIS (R\$)	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
CAIXA	350,33	9.337,35
BANCOS CONTA APLICAÇÃO	1.628.287,77	943.245,50
CRÉDITOS		
CREDITOS A RECEBER / GREVE	479.699,53	479.699,53
IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	567,32	0,00
ADIANTAMENTOS	47.424,59	8.881,32
EMPRESTIMOS A RECEBER	128.750,00	103.750,00
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.285.079,54	1.544.913,70
NÃO CIRCULANTE		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS - LONGO PRAZO	4.757,74	4.256,37
DEPÓSITOS JUDICIAIS	6.196,67	4.816,96
IMOBILIZADO		
BENS EM OPERAÇÃO	1.382.686,92	1.378.915,84
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-311.665,12	-291.580,15
TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.081.978,21	1.086.409,02
TOTAL DO ATIVO	3.367.055,75	2.641.322,72
PASSIVO		
CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES A PAGAR		
FORNecedores MAT. SERVIÇOS OPERAC.	37.520,36	35.280,70
OBRIGAÇÕES C/ PESSOAL	147.993,20	150.379,75
OBRIGAÇÕES C/ ENCARGOS SOCIAIS	71.244,86	68.623,21
OBRIGAÇÕES FISCAIS	15.900,60	20.197,27
OBRIGAÇÕES C/ TERCEIROS	3.134,20	4.063,50
OBRIGAÇÕES C/ ASSOCIADOS	327.367,56	327.367,56
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	603.160,78	605.911,99
PATRIMÔNIO SOCIAL		
PATRIMÔNIO SOCIAL		
SUPERÁVIT ACUMULADO	2.763.894,97	2.035.410,73
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		
TOTAL DO PASSIVO	3.367.055,75	2.641.322,72

MONSTRACÃO DO FLUXO DE CAIXA EM REAIS (R\$)	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECEBIMENTO DE DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	2.392.519,33	2.403.487,71
RECEBIMENTO DE RENDA DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÃO	1.020.000,00	940.000,00
RECEBIMENTO DE RECEITAS FINANCEIRAS	40.900,97	7.735,59
RECEBIMENTO DE AJUSTES EXERC. ANTERIORES	30.459,73	0,00
PAGAMENTO DE IMPOSTOS A RECUP./COMPENSAR	-567,32	0,00
PAGAMENTO DE ADIANTAMENTOS	-179.427,53	-95.359,78
PAGAMENTO DE FORNECEDORES MAT/SERV. OPERAC.	-638.808,11	-582.328,64
PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	-572.972,12	-582.971,78
PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	-404.204,59	-388.017,11
PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS	-154.364,94	-139.799,80
PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS	-147.145,55	-152.377,13
PAGAMENTO DE REPRESENTAÇÕES E AT. SINDICAL	-686.563,50	-473.996,90
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS	-18.546,55	-16.418,54
PAGAMENTO DE UTILIDADES E SERVIÇOS	-96.068,82	-76.117,42
PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS	-7.794,44	-3.061,52
PAGAMENTO DE DESPESAS GERAIS	-69.753,19	-49.227,24
PAGAMENTO DE DESPESAS FINANCEIRAS	-1.457,33	-3.022,74
Incremento de Caixa Originado das Ativ. Operacionais	705.206,04	788.524,70
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
PAGAMENTOS DE DÉPÓSITOS JUDICIAIS	-1.379,71	0,00
ADQUIÇÃO DE BENS EM OPERAÇÃO	-3.771,08	0,00
PAGAMENTO DE FORNECEDORES DE BENS IMOBILIZADOS		-47.349,40
Decréscimo de Caixa Originado das Ativ. Investimentos	-5.150,79	-47.349,40

Jornal do SINDPREVS/PR – EXPEDIENTE
Londrina: Av. Jorge Casoni, 2575 – 86010-250
 Fone (43) 3321 3814 – contato@sindprevspr.org.br
Curitiba: Av. Marechal Deodoro, 500, Cj. 155 – 80010-911
 Fone (41) 2322 0400 – sindprevspr@onda.com.br
 Edição sob responsabilidade da Direção Colegiada do SINDPREVS
 Jornalista Responsável: Hugo Ramírez Filho
 Impresso na Grafnorte – 5 mil exemplares
www.sindprevspr.org.br
 facebook [sindprevssindserv.federais/](https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais/)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**
PÁGINA 8

Coube a esta geração o papel histórico de derrotar o nazifascismo nas urnas. Somos parte da legião vitoriosa, que brigou por pão, vacina e educação, derrotando a micropolítica em defesa da vida, contra a miséria e a fome. Estivemos na linha de frente desta batalha. Porém, a guerra ainda não está ganha, precisamos manter o povo nas ruas, unindo todos os democratas, que acreditam neste sistema como forma de governar para todo(a)s. As entidades do FONASEFE, estão mobilizadas, buscando dialogar com a equipe de transição do governo eleito, para discutir as reivindicações e os direitos da classe, criminosamente retirados por este governo. Como principal ponto de reivindicações está o reajuste emergencial e a recomposição das perdas históricas. **É importante que todas as carreiras do Seguro, Seguridade Social e ANVISA sejam reestruturadas e valorizadas, dando segurança profissional aos servidores.**

Após a vitória de Lula, avançar na luta contra a extrema direita e o neoliberalismo

“Nós não enfrentamos um adversário, nós não enfrentamos um candidato. Nós enfrentamos a máquina do Estado brasileiro colocada a serviço do candidato da situação para tentar evitar que nós ganhássemos as eleições.”

(Lula, em declaração antes da leitura de seu discurso de vitória, 30 out. 2022)

Lula foi eleito em 30 de outubro com mais de 60 milhões de votos, equivalente a 50,9 % dos votos válidos, pouco mais de dois milhões de votos à frente do ocupante do Palácio do Planalto. A margem estreita de vitória, equivalente a pouco menos de 2% dos votos válidos, pode dar a impressão de que foi uma vitória pequena. Na verdade, tratou-se de uma vitória espetacular, contra uma máquina eleitoral que cometeu os maiores abusos do poder econômico, político e religioso dos últimos 40 anos, talvez de toda a história da República brasileira.

O abuso do poder político foi alimentado pelos R\$ 41 bilhões da PEC Emergencial, aprovada em meados de 2022, acrescidos dos outros bilhões do Orçamento Secreto, que se transformaram na maior concessão de auxílios sociais e em uma das maiores séries de obras públicas em período eleitoral da nossa história. Some-se a isto o uso da máquina estatal em eventos que se transformaram, ilegalmente, em atos de campanha, como o próprio Sete de Setembro, além de reuniões públicas de apoiadores e apoiadoras nos palácios presidenciais. A última página dessa série de abusos eleitorais foi o uso da Polícia Rodoviária Federal, bem como a mobilização dos apoiadores do presidente nas Polícias Militares, para retardar ou impedir a chegada dos eleitores e eleitoras de Lula a seus locais de votação, especialmente no Nordeste, em pleno 30 de outubro.

O abuso do poder econômico veio por meio da ofensiva empresarial, que cresceu estupidamente no segundo turno das eleições. Além das doações legais de campanha, que superaram muito as recebidas por Lula, suspeita-se que o dinheiro dos super-ricos financiou desde o início a indústria profissional de fake news, extremamente dinamizada na última etapa da disputa eleitoral. Some-se a isso o escandaloso retorno em larga escala do assédio eleitoral, reedição em tiragem ampliada do tradicional voto de cabresto, com vários empresários ameaçando de demissão os funcionários e funcionárias lulistas ou prometendo bonificação àqueles e àquelas que mudassem seu voto para Bolsonaro.

O abuso do poder religioso, marca destas eleições, veio por meio de líderes religiosos, majoritariamente evangélicos, que buscaram transformar o presidente violento, boquirroto, incompetente, admirador de ditadores e torturadores, em um enviado de Deus, um novo Messias. Em paralelo, contra Lula, o PT e toda a esquerda em geral foram disparadas as velhas acusações, potencializadas nessa campanha eleitoral, de associação ao mal, ao demônio, à imoralidade e à perseguição aos cristãos e cristãs. A disputa eleitoral foi tratada por esses mercadores da fé como uma “guerra espiritual”, uma guerra santa na qual a própria salvação da alma dos brasileiros e brasileiras estaria em jogo.

Contra todos esses abusos, toda essa máquina sórdida de produção de mentiras, ameaças, mensagens de ódio e sermões criadores de pânico, Lula triunfou no segundo turno. O quanto desta vitória se deveu ao reconhecimento social e admiração popular pela figura do candidato, à frente amplíssima e interclassista formada em torno da sua liderança ou ao imenso leque de erros cometidos pela campanha governista é questão a ser debatida nos meses, anos, décadas que virão. Todos esses fatores, em menor ou maior grau, concorreram para a vitória. Mas nunca devemos deixar de lado a enorme capacidade de resistência do povo brasileiro, encontrada nas cidadãs e cidadãos que resistiram ao assédio de patrões ou líderes religiosos, que contornaram as intimidações de milicianos ou nazifascistas raivosos, que caminharam quilômetros para votar quando seus meios de transporte foram barrados pela PRF, que mobilizaram sua aldeia indígena ou seu quilombo para derrotar o genocida. Não podemos esquecer daquelas e daqueles que superaram o medo difundido pelos neofascistas e, principalmente no segundo turno, engajaram-se na campanha pela eleição do candidato de origem sertaneja e operária.

**A DEMOCRACIA
VENCEU O ÓDIO.**

**MILHÕES
DE
BRASILEIROS
IMPEDIRAM
O AVANÇO
DO FASCISMO
NO PAÍS!**



Com o genocida derrotado nas urnas, nossa luta não terminou. Em primeiro lugar, é preciso empreender uma grande campanha contra a fascistização do país. Isso começa por denunciar e exigir punição para a vasta lista de crimes cometidos pelos bolsonaristas antes, durante e mesmo após a campanha eleitoral. O futuro ex-presidente e seu círculo de colaboradores e colaboradoras não merece anistia, mas julgamento e punição por seus crimes contra a saúde pública e a vida do povo, contra a legislação eleitoral e contra a própria democracia. Precisamos nos mobilizar e nos manifestar, nas redes e nas ruas, coletivamente, como foi nossa atuação durante a campanha.

Em segundo lugar, precisamos voltar a difundir, nas redes e nas ruas, nossas bandeiras históricas de ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, defesa da soberania nacional e de uma democracia efetivamente popular, garantidora de condições de vida igualitárias para o nosso povo. O debate que trata conjuntamente trabalho e direitos, salário e distribuição de renda, dívida pública e investimento social, empresas estatais e soberania nacional e popular, democracia e igualdade social deve tomar conta da esfera pública. Nesse sentido, deve ser potencializada a proposta do REVOGAÇÃO, pelo qual a população será consultada sobre a revogação de todas as medidas antipopulares tomadas desde 2016: a EC 95 do Teto dos Gasto, também conhecida como a “Emenda da Morte”, as privatizações, contrarreformas trabalhista e previdenciária, dentre outras. Também devemos dar continuidade e aprofundar a luta contra novas privatizações e a PEC 32 (contrarreforma administrativa), que representa o desmonte dos serviços públicos. Nunca saímos das ruas, mas a conjuntura nos exige atos massivos e unitários na defesa intransigente de nossas bandeiras históricas e do estado democrático de direitos, reafirmando “ Ditadura Nunca Mais!

Não aceitamos manifestações de caráter golpistas que visam impedir a posse de Lula e estaremos nas lutas unitárias contra tais manifestações antidemocráticas, sem contudo abrir mão da nossa posição de independência em relação ao governo Lula. Essas são as nossas tarefas a partir de hoje e pelos próximos anos. Não são desafios fáceis nem pequenos, mas a imensa vitória eleitoral conquistada por nosso povo, pelo conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores de nosso país, deve nos animar a avançar na luta contra a extrema direita e o neoliberalismo, rumo à vitória final do povo trabalhador.

LRP - Liberdade e Revolução Popular

ENTIDADES DO FONASEFE ENTREGAM À EQUIPE DE TRANSIÇÃO PAUTA DOS SERVIDORES FEDERAIS

A FENASPS junto com as entidades do FONASEFE encaminhou hoje 29/11, documento com reivindicações dos servidores públicos federais para protocolar com a equipe de transição. Foi solicitado marcar audiência, em data a confirmar, onde serão discutidas as demandas das diversas categorias principalmente reajuste salarial.

1) Ofício entregue ao Coordenador da Equipe de Transição do Presidente da República Eleito onde apresentamos nossas reivindicações imediatas.

2) Ofício entregue com solicitação de reunião.

Confiram o conteúdo dos Ofícios em:

<https://fenasps.org.br/2022/11/17/entidades-do-fonasefe-entregam-a-equipe-de-transicao-pauta-dos-servidores-publicos-federais/>

A luta segue! Vamos retomar a mobilização de todos(as) os(as) servidores(as) para atendimento do conjunto da nossa pauta de reivindicação, assegurando melhores condições de vida e trabalho.

Só com luta conseguiremos vitórias!

FENASPS ENCAMINHA REIVINDICAÇÕES À EQUIPE DE TRANSIÇÃO

Conforme deliberação da Plenária Nacional da FENASPS realizada no dia 06/11/2022, o plantão da federação encaminhou ofício com as pautas dos(as) servidores(as) da Saúde, Trabalho, Previdência Social e Anvisa.

Também foram enviados apensados, a Nota Técnica do VB do INSS, as pautas detalhadas da Saúde, a proposta de Carreira dos(as) trabalhadores(as) administrativo do MT e proposta de reestruturação dos serviços previdenciários construídos pela CONASF e CONARP em 2019 e não acatado pelo governo atual.

A federação está buscando membros da equipe de transição para reunião e discussão das pautas da base da categoria.

O QUE FOI ENCAMINHADO:

Ofício 183/2022 – Ao Excelentíssimo Senhor Geraldo Alckmin – Coordenador da equipe de transição de governo

Ofício 184/2022 – Ao Senador Humberto Costa docs p equipe de transição 11.11.22

APÊNDICE I NOTA TÉCNICA VB DO INSS

APÊNDICE II – Proposta de Reestruturação do Serviço Social no INSS versão final

APÊNDICE III Ofício 180 para Ministro da Saúde pauta reiv Saúde 09 11 22

APÊNDICE IV CARREIRA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

O conteúdo dos Ofícios e Apêndices podem ser lidos em:

<https://fenasps.org.br/2022/11/11/informe-importante-fenasps-encaminha-reivindicacoes-a-equipe-de-transicao/>

A LUTA CONTINUA!



ESCLARECIMENTOS SOBRE AÇÕES JUDICIAIS DO SINDPREVS/PR

Quando a nossa Assessoria Jurídica - TRINDADE & ARZENO nos comunica sobre movimentação de Ação Judicial, imediatamente entramos em contato, por carta, e-mail ou telefone com os filiados a fim de solicitarmos procurações e demais documentos necessários para juntar ao processo. Ou então, quando os valores foram liberados, comunicamos sobre os procedimentos a serem efetuados para receber os valores a que servidore(a)s têm direito.

Mesmo através de telefones, e-mail e cartas, é necessário que o beneficiário entre em contato com o SINDPREVS/PR - **Londrina (43) 3321 38 14** – **Curitiba (41) 3233 93 89** – **3232 04 00** – para que obtenham a confirmação de que o contato realizado foi mesmo através de nossa entidade.



ALERTA DE GOLPE PARA LIBERAÇÃO DE VALORES EM AÇÕES JUDICIAIS

Mais uma vez nossos filiados são vítimas de tentativa de golpe envolvendo ações jurídicas. São muitas formas que esses bandidos se utilizam para tentar golpes, e-mails, whats app e telefonemas. O mais novo é via waths app, os golpistas enviam mensagem como se ela fosse da nossa Assessoria **Trindade de & Arzeno Advogados Associados**, mas é falsa.

Também através de telefonemas, tentam convencer nossos filiados que tem uma ação judicial ganha e que, para liberação dos valores, é necessário pagar as custas. Isso não é verdade.

Na maioria das vezes é através do sindicato que entramos em contato solicitando alguma documentação para liberação de valores de ações judiciais. E mesmo recendo através do sindicato convém confirmar se é verdade.

Como sempre, orientamos todos e todas para que, se receberem mensagem se passando pela nossa Assessoria Jurídica, não respondam, **entrem em contato com o SINDPREVS/PR pelos fones: Londrina (43) 3321 38 14** – **Curitiba (41) 3233 93 89** para que possamos verificar se é verdade ou golpe!

Estejam sempre em alerta. Todo cuidado é pouco!

SEGURIDADE SOCIAL MERECE ATENÇÃO POR PARTE DO NOVO GOVERNO

Esse desgoverno Bolsonaro serviu para demonstrar a incapacidade dessa gente da direita entreguista e fascista em governar com honestidade e para todos e todas do país, sobretudo os mais pobres.

Vimos que na pandemia da Covid-19 o presidente não conseguiu manter um mínimo de compostura e respeito para com a população. Pelo contrário, debochou dos doentes e dos quase 700 mil mortos e colocou pessoas sem qualificação adequada para comandar o Ministério da Saúde. Lembramos do general Pesadelo, o qual negligenciou o atendimento aos infectados de Manaus não enviando oxigênio para salvar vidas. Também ressaltamos o escândalo da compra das vacinas, no qual governantes queriam cobrar propina de fabricante indiano. Isso foi registrado pela CPI da COVID no senado e está sendo mantido na gaveta até hoje pelo Procurador Geral da República Augusto Aras, bolsonarista raiz e protetor do genocida.

Saúde abandonada

Como Bolsonaro não sabe lidar com quem trabalha, fez de tudo para que os profissionais do Ministério da Saúde não tivessem estrutura para desempenhar o trabalho de prevenção de endemias nos estados e municípios. Aqui no Paraná, muitas prefeituras não forneceram equipamentos adequados para que se combatesse vetores que propagam doenças, colocando em risco a vida de profissionais federais e municipais. Quantas vidas não teriam sido salvas se o Ministério da Saúde tivesse dado suporte a estes trabalhadores?

Uma das tarefas primordiais do novo governo será o de reestruturar o Ministério da Saúde e os trabalhadores do paraná se colocam a disposição para apoiar no que for necessário. Também vamos buscar valorização profissional e reajuste salarial, estamos com defasagem significativa em nossos vencimentos e isso impacta em nossas vidas e de nossos familiares. Não podemos mais aceitar que, diante de tantos recursos desviados para o orçamento secreto, nossos salários sejam prejudicados por quem se beneficia da corrupção em detrimento de política salarial justa.

Nesta pandemia evidenciamos e valorizamos a atuação dos Profissionais de Saúde pelo país. Apesar do boicote de Bolsonaro, foram eles que minimizaram o número de óbitos e salvaram a vida de milhões de brasileiro(a)s. Em contrapartida, não receberam a devida atenção por parte do governo.

Entendemos que é hora do governo recentralizar as ações da Saúde Nacional com novas tarefas a serem desempenhadas, não só no combate às endemias, mas também na formação de profissionais de auxiliem os trabalhadores municipais e estaduais e, para isso, é necessária a realização de Concurso Público criando milhares de vagas pelo país. Esses quatro anos de desgoverno mostraram que somos muito importantes e necessários ao país.

Trabalho deve ter Ministério próprio

Embora extinto no início do desgoverno de Bolsonaro, com muita pressão conquistamos um ministério para os servidores do Trabalho, mas em conjunto com a Previdência Social. Agora é hora de lutarmos para que seja devolvida a importância de um Ministério específico para os servidores do Trabalho, onde as carreiras sejam valorizadas depois de tanto abandono por parte deste desgoverno que sai.

O que assistimos hoje é que as funções desempenhadas pelos profissionais do Trabalho estão aquém de suas possibilidades e isso envolve também os auditores fiscais, que ficaram de mãos atadas para não fiscalizar e multar tantos empresários aliados ao bolsonarismo que cometeram todas espécie de crimes trabalhistas. Como a nossa categoria é que dá suporte às fiscalizações e desempenham tarefas administrativas relacionadas à CTPS e Seguro Desemprego, há necessidade de se buscar, com urgência, a realização de concurso público para reposição de pessoal. E como esses profissionais, do Trabalho e da Saúde fazem parte da Carreira da Seguridade Social, que haja, em conjunto, maior valorização salarial. Para que tenhamos êxito nesta empreitada é importante a mobilização para lutarmos por novas conquistas.



APOSENTADORIA NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Infelizmente essa questão se arrasta como uma novela interminável. A Direção do SINDPREVS tem se reunido constantemente com a coordenadoria do Ministério da Saúde, em Curitiba, cobrando agilidade para que sejam realizados e apresentados os cálculos da **Contagem do Tempo Especial referente à Insalubridade** para obtenção de aposentadoria. Ocorre que que a alegação predominante é a de que não há pessoal disponível em Curitiba para realizar essa contagem.

Como estamos em fim de governo essa questão dificilmente será resolvida nesta gestão. No início de 2023 estaremos cobrando em Brasília e em Curitiba agilidade para que tenhamos esses cálculos em nossas aposentadorias. Muitos trabalhadores estão sendo prejudicados e isso é inadmissível.

NA LUTA CONSEGUIMOS MANTER A PARIDADE ENTRE ATIVOS/APOSENTADOS

O desgoverno Bolosnaro foi o único presidente que não concedeu qualquer reposição salarial para os servidores públicos. Por mais de uma vez ele sinalizou que até poderia reajustar algo em torno de 3% a 5%, mas queria desvincular esse reajuste, concedendo apenas a quem estivesse na ativa.

Não caímos nessa provocação e as entidades do FONASEFE jamais aceitaram que se quebrasse isonomia entre ativos e aposentados. E isso também fez parte de nossa pauta de Greve. Exigimos o reajuste emergencial de 19,99% para todos, sem discriminação.

Agora no governo Lula, vamos continuar essa luta para não apenas conquistar a reposição das nossas perdas salariais, como também lutar por aumento na per capta dos planos de saúde, diminuindo a parte que pagam os servidores. Na aposentadoria é quando mais precisamos de atendimento de saúde e não é justo que após tanto tempo dedicado à máquina pública, aposentados e pensionistas fiquem sem possibilidade de arcar com os custos de um plano que é necessário para suas vidas.

Desde já, convocamos nossos aposentados e pensionistas para, no próximo período, juntarem forças com servidores ativos e lutarmos pela manutenção de nossos direitos, reposição salarial digna e atenção à saúde dos trabalhadores aposentados.

É URGENTE FAZER A REESTRUTURAÇÃO DO INSS QUE ESTÁ UM CAOS. EXIGIMOS CARREIRA E SALÁRIO DIGNO!

Em 2023 a luta continua

Ao longo dos últimos seis anos, dois de Temer e quatro de Bolsonaro, o INSS atravessou um de seus piores períodos. Começamos pela defasagem de recursos humanos, pois perdeu aproximadamente 46% do quadro de funcionários. Hoje seria necessário contratar em torno de 23 mil servidores(as) para suprir a defasagem de pessoal e passar a atender os mais de cinco milhões de brasileiros que esperam até um ano na fila virtual. Após o fracasso do programa de gestão e incapacidade de atender milhões de cidadãos, o único concurso público realizado neste desgoverno teve mais de um milhão de inscritos, para disputar mil vagas. Mesmo com cadastro reserva prevendo mais 2,3 mil vagas, esta quantidade é totalmente insuficiente para suprir a carência de funcionários. Situação que poderá se agravar, pois o órgão já tem quatro mil servidores que preencheram as condições para se aposentar. A exemplo das lutas por concurso, vamos continuar pressionando para contratação do máximo de aprovados nos concursos. E buscar junto ao governo a realização de novo concurso, se possível para meados do próximo ano. Atualmente menos de 40% das APS estão funcionando, as que estão abertas, têm problemas de toda ordem, infiltração, alagamentos e falta de material de expediente, internet de qualidade, água, papel e estrutura de trabalho, e muitas caindo aos pedaços, precisando serem reestruturadas.

A vitória de realizar uma greve

Após seis anos com salários congelados, sem atendimento das reivindicações e perspectivas de mudanças, os/as servidores/as, deflagraram Greve Por Tempo Indeterminado iniciada em 23 de março/22. Uma luta vitoriosa que colocou na pauta dos debates a exigência de Reajuste Emergencial de 19,99% para minimizar as perdas do período deste desgoverno, assim como reconhecimento como Carreira de Estado, Jornada de 30 horas, melhores Condições de Trabalho e realização imediata de Concurso Público. E possibilitou fazer denúncia do caos vivido no INSS, que priorizou cumprimento de metas abusivas e não o atendimento digno à população, trazendo dificuldades e prejuízos para a análise e o reconhecimento de direitos. As metas absurdas impostas sob pressão provocaram aumento alarmante do adoecimento dos(as) trabalhadores(as) do INSS, conforme comprova a pesquisa feita pela FENASPS.

E assim, os servidores que não aceitam estas degradantes condições de trabalho, deliberam deflagrar a greve, paralisando atividades por 60 dias. Mesmo com salários cortados não recuamos um milímetro da luta, que culminou com Acordo de Greve ainda não cumprido, tendo a devolução dos descontos dos salários deste período da greve e o compromisso de instalação de Comitê Gestor e Grupo de Trabalho no INSS para atender nossas demandas. Consideramos esta questão uma vitória, pois o governo cedeu parcialmente às nossas demandas.

Embora tendo sido atendidos em parte, a questão do reajuste emergencial não foi atendida pelo governo, que tinha o projeto da PEC 32 para destruir o Estado Brasileiro e, assim, demandas como Carreira de Estado ficaram sobrestadas sem previsão de serem discutidas até agora.



PORQUE É IMPORTANTE MANTER A LUTA PELA JORNADA DAS 30 HORAS

A luta pela jornada de trabalho é uma das reivindicações mais importantes da classe trabalhadora no decorrer deste século, pois dela deriva direito às condições dignas de trabalho.

Porém, a ideologia capitalista sempre criou mecanismos para explorar a mais valia, aumento de jornada, trabalho por metas e produtividade, e descartar aqueles/as que não têm mais condições de produzir e gerar lucros.

Guardada as devidas proporções, é exatamente isto que este governo fez com a imposição do fracassado Programa de Gestão, implantado a ferro e fogo no decorrer da pandemia, na ânsia de transformar o INSS no modelo de gestão do governo com trabalho remoto e home office, entre outros. Aliás, em diversas oportunidades os ministros falaram besteiras, mentindo sobre o êxito deste projeto. Ainda que tenham servidores/as, trabalhando até 12 horas dia, nos finais de semana e feriados, não darão conta em atender a demanda de milhões de brasileiros aguardando atendimento na fila virtual, um caos sem precedentes no INSS.

Então, a luta pela jornada de 30 horas de trabalho está na ordem do dia, pois não impede ninguém de estar em trabalho remoto por metas, bem como resolverá os problemas em todas as unidades do INSS. Esta é uma luta iniciada em 1983, que segue até os dias de hoje. Mesmo que tenha opção para trabalho remoto, no RJU, o artigo 19 prevê seu direito à jornada de 30 ou 40 horas de trabalho. Não é como querem fazer parecer alguns iluminados do INSS, de que os servidores não têm direitos neste órgão.



**É PRECISO RECONSTRUIR O PAÍS COM JUSTIÇA SOCIAL,
MAIS EMPREGOS, SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE, PREVIDÊNCIA SOCIAL JUSTA
E VALORIZAÇÃO DO(A)S SERVIDORE(A)S PÚBLICO(A)S.
E NÓS LUTAMOS POR ISSO, SEMPRE!**



Todos e todas fazem parte dessa luta!